

DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: POR UM OLHAR DECOLONIAL EM POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS

Cristine Gorski Severo

crisgorski@gmail.com

Universidad Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Resumo

Este artigo aborda a importância da perspectiva decolonial para as pesquisas de política e planejamento linguístico envolvendo as línguas e práticas discursivas consideradas indígenas. Para tanto, o texto apresenta a perspectiva decolonial em diálogo com o campo de estudos da linguagem, argumentando a favor de uma revisão de conceitos teóricos e arranjos metodológicos empregados nos trabalhos envolvendo línguas indígenas. Em seguida, o artigo apresenta dois exemplos de pesquisa em que a questão decolonial é relevante, uma que tematiza a importância da posicionalidade do pesquisador, e outra que considera a autoria indígena – literária, midiática, digital – como legítima para a definição e reivindicação do direito à língua. Este artigo pretende contribuir com o debate sobre justiça social e políticas linguísticas, atentando para a importância de reconhecimento dos saberes não-acadêmicos e das identidades indígenas para as políticas linguísticas.

Palavras-chave: decolonialidade, línguas, indígenas, justiça social.

Abstract

This paper discusses the importance of the decolonial perspective for language policy and planning research involving discourses and language practices considered indigenous. For doing so, the text presents the decolonial perspective in dialogue with the field of language studies, arguing in favor of a theoretical revision of concepts and methodological arrangements used in works involving indigenous languages. The article presents two examples in which the decolonial issue is relevant, one that thematizes the importance of the researcher's positionality and another that considers

indigenous authorship - literary, media, digital - as legitimate for the definition of language and of language right. This article aims at contributing to the debate on social justice and language policy by focusing on the importance of recognizing non-academic knowledge and indigenous identities.

Keywords: decoloniality, language, indigenous, social justice.

INTRODUÇÃO

Este artigo dialoga, por um lado, com uma série de iniciativas acadêmicas de revisão e expansão do quadro epistemológico que tem se voltado para o estudo das línguas consideradas “indígenas” (Smith, 1999; Severo, 2016; Hauck e Heurich, 2018; Pennycook e Makoni, 2019); por outro lado, o artigo retoma os interesses da UNESCO de eleger 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas, colocando em tela a importância da perspectiva indígena na construção de discursos sobre o que conta como língua. Trata-se, no presente texto, de refletir sobre a importância política de uma visão decolonial para o campo epistemológico das políticas linguísticas, especialmente em se tratando de uma área comprometida com a justiça social.

Assumo que o olhar decolonial, filiado a uma visão crítica, propõe uma revisão – epistemológica, política, cultural – das categorias que têm sido usadas para narrar e definir o universo indígena (Quijano, 2000; Lander, 2005; Mignolo, 2005; Morana, Dussel e Jáuregui, 2008; Walsh, 2013; Zaffaroni, 2017; entre outros). A visão decolonial, compreendida como uma crítica à matriz de poder colonial, problematiza, sobretudo, o uso da categoria raça como critério de definição e agrupamento. Tal visão questiona o processo de racialização das identidades locais que ocorreu no contexto colonial (Mignolo, 2005). Reconheço que, de forma semelhante, as línguas também foram racializadas e generificadas a partir de critérios e conceitos previamente construídos (Severo, 2016).

Defendo que essa revisão epistemológica embalada por uma visão decolonial é necessária, uma vez que muitas metacategorias, incluindo o conceito de “língua”, têm sido usadas como aplicáveis, universal e acriticamente, sobre as variadas práticas linguístico-discursivas. Em outras palavras: neste artigo, julgo importante que o conceito de língua em políticas linguísticas possa abarcar os sentidos e usos conferidos

a essas línguas pelos próprios falantes indígenas, o que faz com que o conceito estrutural de língua —pautado em uma representação morfossintática, fonológica e letrada—, ou a ideia de que as línguas podem ser individualizadas, contadas, classificadas e nomeadas possam ser relativizados e problematizados (Makoni e Pennycook, 2006; Severo, 2016). Isso implica considerar, inclusive, uma problematização dos instrumentos de “salvaguarda” das línguas indígenas que, de forma geral, pautam seus modelos metodológicos seja em visões cristalizadas e abstratas de língua, seja em protocolos de pesquisa monológicos e previamente enquadrados. Proponho que tal visão produz um efeito de silenciamento sobre as vozes indígenas aos seriamente desconsiderar suas perspectivas.

Este texto se organiza em duas partes: inicialmente, apresento alguns trabalhos que têm se dedicado a uma revisão decolonial do conceito de língua, contribuindo para a construção de uma visão crítica no campo das políticas linguísticas; na sequência, apresento alguns exemplos que podem dialogar com tal perspectiva, na direção de um reconhecimento e validação das vozes indígenas na definição daquilo que conta como língua e justiça social.

DOS SENTIDOS DE LÍNGUA: ENTRE O COLONIAL E O DECOLONIAL

A visão decolonial assumida neste texto propõe uma crítica da colonialidade do poder, uma matriz política que operou, no contexto da colonização, pelo controle de uma série de elementos implicados na vida e nas práticas indígenas, tais como: controle da economia, da autoridade, da natureza e recursos naturais, do gênero, do corpo, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (Mignolo, 2010). Tal crítica implica uma revisão de bases teóricas e metodológicas que, em grande medida, embalsamaram o processo de produção de conhecimentos e discursos sobre os povos que foram colonizados, a exemplo do conceito de terra, conforme sinalizado por Zaffaroni (2017, p. 10):

A Terra deixou de ser a *Magna Mater* dos antigos, a *Pachamama* dos andinos e a *Gaia* dos contemporâneos, portanto algo vivo e gerador de vida, para ser transformada numa coisa inerte (*res extensa* de Descartes), num balcão de recursos colocados à disposição da voracidade ilimitada dos seres humanos.

De forma semelhante, assumo que a língua tem sido transformada nessa ‘coisa inerte’, ao ser objetificada e cristalizada, impedindo uma visão mais alargada sobre as práticas linguísticas e o modo como os sujeitos “índigenas” nomeiam e narram suas línguas. O modo como historicamente as línguas indígenas foram “pesquisadas” – seguindo um protocolo de coleta, descrição, documentação e exemplificação – tem sido questionado por sujeitos indígenas, a exemplo da linguista Maori Linda Smith (1999) que problematiza, entre tantas categorias, o uso pejorativo do termo “pesquisa” aplicado aos estudos de comunidades indígenas (Smith, 1999, p. 1):

Do ponto de vista dos colonizados, posição da qual escrevo e escolho privilegiar, o termo ‘pesquisa’ está indissociavelmente ligado ao imperialismo e ao colonialismo europeu. A palavra ‘pesquisa’ é provavelmente uma das palavras mais sujas do vocabulário do mundo indígena¹.

Tal problema metodológico é epistemológico, posto por Smith (1999), tem sido confrontado por pesquisadores que têm atuado com a questão indígena, a exemplo de políticas de educação ou de revitalização e manutenção de línguas minoritárias ou “em perigo”.

A retórica linguística das “línguas em perigo” nem sempre dialoga com a visão que os sujeitos indígenas compartilham sobre as suas línguas e práticas linguístico-discursivas. Muitas vezes, a visão dos linguistas opera na contramão da perspectiva local, conforme sinalizado por Nevins (2004) sobre sua pesquisa envolvendo uma comunidade da Reserva Apache Montanha Branca (*White Mountain Apache Reservation*), localizada no Arizona: nesse contexto, o modelo educacional usado pelos “especialistas” para revitalização da língua local não dialogava com a visão local de língua e de educação Apache, especialmente no que tange à relação entre os mais velhos e mais novos, o que foi motivo para a produção de conflitos e tensões. Na visão do autor (2004, p. 270):

Eu argumento que a expressão de ambivalência ou oposição a esses programas por algumas pessoas Apache não foi resultado de apatia ou confusão, [...] mas geralmente envolveu uma crítica perceptiva e incisiva dos desafios reais postos aos modos de falar e à autoridade Apache em relação às práticas pedagógicas Apache².

Esse exemplo de um “mal entendido” entre pesquisadores e os sujeitos locais cujas línguas são tidas como objeto de revitalização é ilustrativo da importância de uma revisão epistemológica e metodológica sobre a maneira como os “dados” têm sido pesquisados ou, em outras palavras, inventados (Makoni; Pennycook, 2006). A construção de programas educacionais e manuais de ensino têm dedicado pouca atenção aos significados locais atribuídos a essas línguas, o que tem ajudado a construir estereótipos e visões cristalizadas sobre essas línguas. Os discursos protecionistas e salvacionistas que têm embalado algumas iniciativas linguísticas muitas vezes se baseiam em visões românticas e acríticas, sem qualquer atenção ou diálogo com os interesses efetivos dos sujeitos envolvidos. Sobre o viés ideológico dessa visão salvacionista, é importante pontuar que “[...] A crença no ideal de que beneficiar a humanidade é o resultado prioritário da pesquisa científica é um reflexo tanto da ideologia quanto da formação acadêmica”³ (Smith, 1999, p. 2).

Embora muitos programas educacionais voltados a esses povos considerem, em suas propostas, a ideia de uma reciprocidade, é preciso considerar que “o relacionamento entre esses programas e os membros da comunidade linguística local geralmente é um pouco mais complicado e problemático do que a noção de reciprocidade implica”⁴ (Nevins, 2004, p. 272). Essa ilusão de uma reciprocidade é, muitas vezes, reforçada pela ideia de que ‘ter estado lá e ter estado com eles’ é suficiente para se produzir um conhecimento sobre os sujeitos locais e suas práticas linguísticas (Smith, 1999). Essa menção a uma dada empiria – ter estado no local e convivido com os sujeitos – tem sido parte da retórica de muitos pesquisadores, como forma de legitimação de seus discursos, atribuindo a si mesmos a autoridade para falar “por eles”. Registre-se que retórica semelhante embalou os discursos missionários no contexto africano e latino-americano (Severo, a sair).

Além dos processos metodológicos, a revisão epistêmica sobre o que conta como língua também passa por uma reconsideração de categorias identitárias genéricas e hierarquizantes, a exemplo dos termos “indígena”, “povos nativos”, “povos da floresta”, “povos originários”, “aborígenes” e “povos do quarto mundo”. As categorias identitárias remontam a uma prática centrada nos saberes europeus e ocidentais que têm operado como um grande modelo epistêmico aplicável aos “outros”. Tal matriz epistêmica opera através de quatro orientações: classificando as sociedades em categorias; agrupando imagens complexas de outras sociedades em um dado sistema

representacional; criando um modelo de padronização e comparação; e estipulando critérios de avaliação através dos quais os outros são ranqueados (Hall; Gieben, 1992).

Essa política de classificação também ressoa na maneira como as línguas foram pensadas. Um exemplo é a classificação geográfica, seguindo um modelo tipológico hierarquizado e inspirado nas classificações bíblicas (Irvine, 2011), amplamente usado no contexto colonial. Além da política de classificação, os modos coloniais de conceituação das línguas incluem os seguintes sentidos: enumerabilidade da diversidade linguística, práticas de nomeação, construção da indigeneidade, e uso de dicionários e gramáticas como teoria sobre as línguas (Makoni, 2018, p. 382).

Tais conceitos e categorias têm sido amplamente usados em políticas e planejamentos linguísticos que, poucas vezes, se detêm a fazer uma revisão epistemológica e metodológica em diálogo com os discursos e interesses locais, dos diferentes povos indígenas envolvidos. No caso das políticas de classificação e de agrupamento dos povos e saberes, julgo importante considerar os termos e expressões usados pelos próprios povos na forma como designam a si mesmos e suas práticas. As vozes indígenas devem integrar os próprios processos de política e planejamento linguístico, para além de serem “fontes de dados” ou “executoras de pesquisa”. Concordamos com Pennycook e Makoni (2019, p. 13) para quem as pesquisas envolvendo o Sul Global – entendido simbolicamente como contextos minorizados pelo processo colonial – deve envolver “uma grande mudança de tratamento, ao invés de ‘outros do sul’ tidos como objetos de pesquisa e informantes, para um papel mais inclusivo e desestabilizador, como criadores e co-construtores de conhecimento”⁵.

POR UMA VISÃO DECOLONIAL: ALGUNS EXEMPLOS E INICIATIVAS

Nesta seção, apresento alguns exemplos de iniciativas e propostas que podem ser tomados como ilustrativos de uma visão decolonial em políticas e planejamento linguístico, a partir da perspectiva indígena. A seguir abordo dois casos que foram escolhidos pelos seguintes motivos:

(i) Pelo lugar de fala e de pesquisa assumido pelos pesquisadores. Trata-se da *posicionalidade*, ou seja, o posicionamento do pesquisador em relação ao contexto político, econômico, cultural e social da pesquisa; nesse caso, defendo a importância de se considerar a perspectiva dos sujeitos afetados. A posicionalidade tem sido um tema amplamente debatido nas pesquisas qualitativas, em atenção à interferência – simbólica,

política e cultural – que o pesquisador pode ter sobre os sujeitos envolvidos na pesquisa e sobre os resultados. A esse respeito, menciono o trabalho de Bourke (2014, p. 1) que aborda a importância da posicionalidade em sua pesquisa sobre questões raciais no ensino superior, na qual aspectos simbólicos das identidades estavam em questão: “Durante meus preparativos para conduzir esta pesquisa, desde a formulação das perguntas iniciais até a elaboração do protocolo do grupo focal, minha posição como homem branco estudando questões de raça permaneceu em minha mente”⁶. Considero a reflexão sobre posicionalidade um tema relevante para a pesquisa com línguas de povos considerados minoritários, pois as relações de poder e as projeções mútuas afetam o processo e o produto do trabalho.

(ii) Pela consideração séria das produções e intervenções políticas de sujeitos vinculados a diferentes povos, línguas e orientações culturais, como o exemplo da “etnomídia” (Tupinambá, 2016) e da publicação da revista digital *Ore Ywy - A necessidade de construir uma outra relação com a nossa terra*⁷, assinada por autores de diferentes etnias.

Início abordando a posicionalidade “indígena”, a partir do olhar de uma pesquisadora Maori que tem trabalhado com políticas educacionais, linguísticas e de pesquisa de línguas indígenas nos contextos australiano e da Nova Zelândia. Pontuo, de início, que a pesquisadora problematiza as clássicas perguntas de pesquisa, sinalizando para a importância de se considerar as indagações dos sujeitos afetados. Por exemplo, para além das perguntas críticas – *De quem é a pesquisa?, A quais interesses serve?, Quem planejou a metodologia e a forma de intervenção? e Como os resultados serão disseminados?* – há outras questões que interessam diretamente os sujeitos indígenas, tais como: *O seu espírito é claro? Ele/ela tem um bom coração? Eles são úteis para nós? Que outras bagagens eles levam?* (Smith, 1999, p. 10). Considero que as perguntas são relevantes para o processo de construção do conhecimento, pois elas direcionam os interesses e mobilizam os interlocutores envolvidos.

Além disso, a autora, ao defender a sua posicionalidade, relata os desafios que surgem no seu diálogo com a academia e com a própria comunidade, pois ela passa a ocupar, nessas esferas, um entrelugar. Trata-se de um posicionamento em que o processo de tradução e negociação de sentidos opera em via dupla, conferindo ao trabalho de Linda Smith uma natureza necessariamente política e dialógica. Registre-se que dentre seus compromissos éticos na pesquisa estão a consideração dos protocolos e

valores culturais, além de um compromisso com a devolução da pesquisa e o compartilhamento do conhecimento com a comunidade.

Nessa perspectiva decolonial de pesquisa, em diálogo com os interesses indígenas, algumas premissas passam a ser relativizadas ou problematizadas por Smith (1999), como: o quadro teórico que legitima o que seria uma pesquisa válida; a valorização de uma orientação puramente textual da pesquisa, em detrimento dos testemunhos orais; a perspectiva do que conta como “fato” e “evidência”; as regras e valores morais que orientam o trabalho, como veracidade, autenticidade e honestidade; as representações sobre objetividade subjetividade; a concepção de natureza humana e responsabilidade; o processo de seleção de quem seriam os “informantes” e os “especialistas”; a forma de distribuição local dos saberes e de quem estaria mais ou menos autorizado a falar. Trata-se, com isso, de problematizar as regras que definem o que conta como pesquisa, incluindo as vozes que estão mais ou menos legitimadas para dizerem o que conta como “verdade”.

Note-se que tais revisões epistemológicas e metodológicas incluem uma problematização do próprio conceito de língua em termos de: relação entre língua e pensamento, relação entre língua e corporalidade, língua como unidade contável e abstrata, língua como algo com nome, língua como elemento decodificável, língua como um conjunto de elementos fragmentáveis em níveis, entre outros elementos (Makoni, Pennycook, 2006; Pennycook, Makoni, 2019). Ressalta-se a crítica ao abstracionismo linguístico, que isola a língua de seus falantes e do contexto de circulação, das práticas sociais e religiosas, dos afetos e da natureza. O que está em questão, aqui, é a consideração séria da voz e dos discursos indígenas na construção de conhecimentos e políticas envolvendo suas práticas discursivas.

Outros conceitos correlatos à língua que merecem ser revisados incluem a noção de tempo e de espaço, especialmente porque para algumas línguas indígenas não há necessariamente distinção entre ambos. Note-se que o modo ocidental de espacialização do mundo – com a respectiva forma de nomeação – não dialoga necessariamente com as visões indígenas, a exemplo do conceito de “terra” e da maneira como os colonizadores renomearam os espaços indígenas. A territorialização indígena deve ser vista em diferentes níveis, que inclui o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido, ou seja,

territórios e territorialidades que foram vivenciados por esses povos em determinadas fases dos processos de territorialização colonial pelos quais passaram e que, atualmente, se fragmentaram não somente pelas terras usurpadas, mas também pela dispersão da memória dos povos indígenas contemporâneos [...] (Cardoso, 2018, p. 12).

Além disso, no processo colonial de renomeação dos espaços, “a terra ficou cada vez mais desconectada das canções e entoações usados pelos povos indígenas para traçar suas histórias”⁸ (Smith, 1999, p. 51). Outros exemplos do uso colonial de categorias espaciais foram os mapas, as definições de centro-periferia e de dentro-fora (nativos vs. estrangeiros). Sobre a categoria tempo, problematiza-se a visão ocidental linear e progressista e a vinculação do tempo a uma dada ideia de trabalho e de produção, fazendo com que os indígenas fossem tidos como preguiçosos e indolentes (Smith, 1999).

Sobre projetos indígenas, Smith (1999) apresenta uma lista de vinte e cinco trabalhos que foram produzidos em diálogo com demandas, necessidades e sujeitos indígenas, em prol de uma autodeterminação. Tais projetos foram nomeados da seguinte maneira: Reivindicação, Testemunhos, Contação de histórias, Celebração da sobrevivência, Rememoração, Indigenização (Indigenizing), Intervenções, Revitalização, Conexão, Leitura, Escrita, Representação, Generificação (Gendering), Visualização do futuro (Envisioning), Reestruturação, Restauração, Retorno, Democratização, Trabalho em rede, Nomeação, Proteção, Criação, Negociação, Descoberta e Compartilhamento. Embora não seja o objetivo deste artigo detalhar cada projeto, é possível perceber pela lista de temas e nomes a orientação agentiva, responsável e criativa conferida aos trabalhos. Nesses projetos, a voz indígena orienta e direciona os caminhos, o método e os resultados a serem alcançados.

Passo, a seguir, a abordar um segundo exemplo de políticas envolvendo indígenas e agentividade. Começo com o que tem sido chamado de “etnomídia”, uma prática digital de produção e circulação de discursos e vozes indígenas voltados para a ressignificação e promoção dos saberes, cultura e línguas indígenas, feitos pelos próprios indígenas e disponibilizados na rede. A etnomídia tem sido chamada de comunicação nativa feita através de uma mídia étnica: “Ela é uma forma que promove a descolonização dos meios de comunicação, podendo ser executada por diferentes identidades étnicas e culturais”⁹ (Tupinambá, 2016, s.p.). A etnomídia tem sido usada

como midiativismo, vinculada à reorganização e visibilização dos movimentos sociais. Essas propostas midiáticas feitas pelos indígenas carregam uma orientação decolonial ao propiciar “a possibilidade da produção de novos modos desses grupos narrarem a si mesmos e as circunstâncias que os afetam” (Gargioni, 2019, p. 59).

Essa possibilidade de narrar a própria história, dando visibilidade e corporalidade a essas narrativas, integra um movimento decolonial, em que a memória passa a ser continuamente atualizada e discursivizada, ajudando a desconstruir binarismos e estereótipos:

La descolonización de la mirada consistiría en liberar la visualización de las ataduras del lenguaje, y en reactualizar la memoria de la experiencia como un todo indisoluble, en el que se funden los sentidos corporales y mentales. (Cusicanqui, 2015, p. 19).

Exemplos da etnomídia são rádios indígenas, vlogs e blogs indígenas, além de uma série de páginas e redes sociais criadas e mantidas pelos próprios indígenas. A rádio Yandê, por exemplo, é um ponto de mídia livre e foi a primeira rádio indígena no Brasil (<http://radioyande.com/>), criada em 2013. A rádio articula textos orais e escritos em língua portuguesa, inglesa, espanhola e em algumas línguas indígenas. As músicas tocadas são indígenas e as temáticas abordadas estão diretamente vinculadas aos interesses dos povos indígenas. Sobre o alcance linguístico da programação, mencionamos as seguintes línguas:

Yandê Connection - A talk program with indigenous people around the world

Un programa de conversación con pueblos indígenas alrededor del mundo

Papo na Rede é um programa de variedades com protagonistas indígenas sobre como são suas vidas e curiosidades que surgem no dia a dia. Com uma prosa descontraída convidados indígenas de diferentes etnias e países dialogam com os correspondentes, coordenadores e colaboradores da Rádio Yandê (<http://radioyande.com/>)

O uso escrito do português é predominante, servindo como uma língua de veiculação das vozes e debates indígenas. Podemos aventar que se trata de uma língua portuguesa que opera como discurso indígena, o que faz com que ela se torne, de alguma forma, uma língua indígena, pois carrega sentidos e estruturas de discursivização indígenas. Note-se que todos os autores da rádio Yandê são indígenas vinculados a diferentes etnias, como Terena, Tupinambá, Pataxó Hã-hã-hãe, Baniwa e Tukano. Todos eles/elas estão em processo de formação acadêmica, em que o diálogo entre os universos indígena e acadêmico visa desfazer “antigos estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada em veículos de comunicação não indígenas” (<http://radioyande.com/>).

Menciono, por fim, a publicação da revista digital *Ore Ywy - A necessidade de construir uma outra relação com a nossa terra*, pelo Instituto Humanitas Unisinos (<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao527.pdf>). Trata-se de uma edição especial da revista IHU online, que apresenta a perspectiva de onze indígenas de diferentes etnias sobre a questão da terra (*Ore Ywy*, Nossa Terra em Guarani). Tal revista se vincula diretamente à esfera acadêmica, o que leva a discussão sobre a questão indígena para o âmbito institucional, contribuindo para legitimar os discursos verdadeiros na sociedade contemporânea (Foucault, 1970). Registro abaixo alguns excertos que ajudam a ressignificar sentidos sobre educação e resistência:

Devemos ouvir o conselho dos velhos, pois eles já souberam o que é perder a esperança e tentam manter a vida em seu melhor, em nós. Agradeço essa sensibilidade em ter a paciência de ouvir! (Jaider Esbell/etnia Makuxi apud IHU, 2018, p. 28)

A educação indígena tem suas peculiaridades. Uma delas é que na aldeia Kambeba, por exemplo, não temos tempo de relógio para marcar a hora que entra e a hora que sai [...] Também temos o cuidado de na aldeia ensinar as crianças o valor de cuidar do rio em uma aula de educação ambiental [...]. (Marcia Kambeba/etnia Omágua Kambeba apud IHU, 2018, p. 42)

Também temos uma outra grande vitória, além da escola dentro da aldeia, que são indígenas que dão aula. É bom para a criança porque, por exemplo, para a criança que fala guarani, não fica difícil falar com o professor, porque esse mesmo professor fala a língua e entende a cultura, vive a cultura. Mas temos outra dificuldade. Todo ano o governo manda livros para as aldeias, livros de literatura de muitos escritores famosos, mas eu não vejo importância nenhuma, porque não adianta você mandar livros belíssimos de autores famosos para as crianças. Isso afeta a formação delas porque não tem nada a ver com a cultura indígena. Isso é mau. A criança na aldeia tem um costume, uma cultura própria, e quando ela lê um livro de literatura de outra cultura, vai ficar afetada. Por isso eu falo da importância de uma literatura nativa em que o índio na aldeia possa escrever trabalhos sobre seu povo, seus pensamentos, suas ideias, sobre suas críticas. (Olívio Jekupé/etnia guarani apud IHU 2018, p. 50)

Como professora sempre atuei na conscientização sobre os direitos dos Povos Indígenas e na desconstrução dos estereótipos. [...] Uma das coisas que me deixa realizada é estar com as crianças, compartilhando narrativas indígenas, cantos, danças, alimentos indígenas, e mesmo um grande ritual. (Marcia Mura, etnia Mura, 2018, p. 57)

Esses excertos são representativos do que estamos chamando de perspectiva indígena sobre sua educação, cultura e história, em que se fazem presentes sentidos vinculados à temporalidade, espacialidade, relação com os mais velhos, uso da língua, uso de materiais didáticos construídos pelos indígenas, oralidade, corpo, alimentação, ritual e desconstrução de estereótipos. Essas vozes indígenas têm ajudado a reorientar os discursos sobre o que conta como perspectiva indígena, o que inclui, também a língua.

Por fim, me alinho àqueles que defendem que é em diálogo plural com tais sujeitos que as políticas linguísticas e políticas educacionais devem ter algum sentido. Esse diálogo, conforme visto, não deve se orientar por uma perspectiva romântica de reciprocidade, mas deve ser capaz de colocar em questão os nossos próprios interesses —de pesquisadores e acadêmicos não-indígenas— por eles e por suas “línguas”.

PALAVRAS FINAIS

Este texto abordou a importância das vozes e discursos indígenas para a construção de políticas envolvendo as línguas e educação indígena. Trata-se de inscrever as reflexões vinculadas ao campo disciplinar e prático das políticas linguísticas nos debates contemporâneos sobre a relevância de um olhar crítico – decolonial – para se pensar as práticas linguísticas de sujeitos que foram historicamente afetados pelo processo colonial. Essa inscrição responde a uma demanda política de revisão de categorias epistemológicas e ontológicas a partir de uma crítica aos modelos eurocêntricos que têm orientado historicamente o processo de produção e de legitimação de conhecimento. Trata-se, com isso, de problematizar o percurso histórico de construção e cristalização de conceitos teológicos e europeus de línguas, colocando em questão os modelos centrados em representações da gramática, dos dicionários, do letramento e do que se entende classicamente como “pesquisa”. Isso não significa, evidentemente, abrir mão completamente desse arcabouço teórico-metodológico, mas, sim, fazê-lo dialogar com outros saberes, sujeitos e modos de construção de discursos verdadeiros e legítimos.

Assim, me filio àqueles que propõem a importância epistemológica da “identidade na política” (Mignolo, 2008, p. 289) para se construir uma justiça social mais ampla. Isso significa que:

sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade européia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista.

REFERÊNCIAS

Bourke, B. (2014). Positionality: Reflecting on the Research Process. *The Qualitative Report*, v. 19, n. 18, p. 1-9.

- Cardoso, A. S. (2018). *Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na Capitania do Pará, Século XVIII*. Tese de doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11145>.
- Cusicanqui, S. R. (2015). *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Foucault, M. (2012). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.
- Gargioni, A. A. dos P. (2019). *A performatização de identidades por vlogueiros indígenas no youtube*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UNICAMP.
- Hall, S.; Gieben, B. (1992). *Formations of modernity*. Cambridge: Polity Press/Open University Pub.
- Hauck, G.; Heurich, J. D. (2018). Language in the Amerindian Imagination: An inquiry into linguistic natures. *Language and Communication*, v. 63, p. 1-8.
- IHU Online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Ore Ywy A necessidade de construir uma outra relação com a nossa terra, n. 527, ano XVIII, 27 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao527.pdf>
- Irvine, J. (2011). Language Fields – Robert Needham Cust's Language Map of South Asia, 1878. In Cynthia Talbot (org.). *Knowing India: Colonial and Modern Constructions of the Past* (Essays in honor of Thomas R. Trautmann). Nova Delhi: Yoda Press, p. 31-54.
- Lander, E. (org)(2005). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- Makoni, S.; Pennycook, A. (Org.) (2006). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Makoni, S. B. (2018). Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. Tradução de Alexandre Cohn da Silveira. *Revista da Abralin*, v. 17, n. 2, p.376-419.

- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n 34, p. 287-324.
- _____ (2010). *Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Ediciones del Signo, Buenos Aires - Argentina.
- _____ (2015). *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción de colonial*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Morana, M.; Dussel, H.; Jáuregui, C. A. (2008) *Coloniality at large: latin america and the postcolonial debate*. Durham: Duke University Press,.
- Nevins, M. E. (2004). Learning to Listen: Confronting Two Meanings of Language Loss in the Contemporary White Mountain Apache Speech Community. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 14, n. 2, p. 269–288.
- Pennycook, A.; Makoni, S. (2019). *Innovations and Challenges in Applied Linguistics from de Global South*. New York: Routledge.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. CLACSO-UNESCO. p. 201-245. Disponível em:
<https://www.tni.org/files/download/La%20colonialidad%20del%20saber.%20Eurocentrismo%20y%20ciencias%20sociales.pdf>
- Severo, Cristine Gorski (2016). A invenção colonial das línguas da América. *Alfa*, v.60, n.1, p.11-28.
- Smith, L. T. I. (1999). *Decolonizing Methodologies Research and Indigenous Peoples*. Londres: Zed Books Ltd/ University of Otago Press.
- Tupinambá, R. M. (2016). Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. Brasil de fato, Niterói. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios/>
- Walsh, C. (2013). Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. *Serie Pensamiento decolonial*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- Zaffaroni, E. (2017). *Pachamama e o ser humano*. Florianópolis: Editora da UFSC.

¹ “From the vantage point of the colonized, a position from which I write, and choose to privilege, the term 'research' is inextricably linked to European imperialism and colonialism. The word itself, 'research', is probably one of the dirtiest words in the indigenous world's vocabulary”. As traduções são de minha responsabilidade.

² I argue that the expression of ambivalence or opposition toward these programs by some Apache people was not the result of apathy or confusion [...], but more often involved perceptive, incisive critique of real challenges to Apache ways of speaking and authority within Apache pedagogical practices.

³ “[...] belief in the ideal that benefiting mankind is indeed a primary outcome of scientific research is as much a reflection of ideology as it is of academic training”.

⁴ “the relationship between such programs and members of the local language community is often quite a bit more complicated and problematic than reciprocity implies”

⁵ “a major shift from treating southern others as research objects and informants to a more inclusive and disruptive role as knowledge creators and co-constructors”.

⁶ “Throughout my preparations to conduct this research, from the formulation of the initial research questions to the drafting of the focus group protocol, my positionality as a White man studying issues of race remained at the forefront of my mind.”

⁷ <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao527.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

⁸ “land became increasingly disconnected from the songs and chants used by indigenous peoples to trace their histories [...]”.

⁹ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originais/> Acesso em 08 de setembro de 2019.